

EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PAPEL DA POLÍCIA MILITAR

EDUCATION IN THE PENITENTIARY SYSTEM AND ITS INFLUENCE IN THE ROLE OF THE MILITARY POLICE

SILVA, Nyelson Willer Inacio da ¹

ROLDÃO, Vinicius de Melo ²

RESUMO

O presente estudo tem como foco principal abordar a oferta de Educação no Sistema Penitenciário Goiano, trazendo um breve histórico de como a educação foi inserida no Sistema Penitenciário, o professor como mediador do conhecimento e como o processo de ressocialização poderá influenciar no trabalho da Polícia Militar. O método de pesquisa realizado no estudo para a comprovação dos dados foi qualitativo/quantitativo. Por meio de aplicação do questionário, pode-se observar que o processo de ressocialização do preso por meio dos estudos acontece, mas ainda existem muitos desafios a serem superados, notando-se que ainda há aqueles que estão interessados apenas na remissão de pena. Outro desafio para os professores é fazer com que as aulas se tornem motivadoras, para que o educandos entendam que a educação é base para uma vida digna em sociedade. Este processo de ensino é iniciado no Centro de Detenção Provisória. Porém, após o julgamento, quando condenados, os internos são transferidos para a área dos condenados, onde é reiniciado o processo de ensino e muitos internos acabam desistindo dos estudos por sentirem-se desestimulados. Por fim, entende-se que há o processo de ressocialização por meio dos estudos, porém é preciso mais investimento para que se consiga fazer com que os internos voltem ao convívio em sociedade e não cometam mais crimes, diminuindo o alto índice de reincidência e melhorando o trabalho dos policiais militares.

Palavras-chave: Educação. Professor. Ressocialização. Sistema Penitenciário. Polícia Militar.

ABSTRACT

The present study has as main focus to approach the offer of Education in the Goiano Penitentiary System, bringing a brief history of how education was inserted in the Penitentiary System, the teacher as mediator of knowledge and how the process of resocialization can influence in the work of the Military Police . The research method used in the study was qualitative / quantitative. Through the application of the questionnaire, it can be observed that the process of resocialization of the prisoner through the studies happens, but there are still many challenges to be overcome, noting that there are still those who are interested only in the remission of punishment. Another challenge for teachers is to make the classes become motivating, so that learners understand that education is the basis for a decent life in society.

This teaching process is initiated at the Provisional Detention Center. However, after the trial, when convicted, the inmates are transferred to the area of the convicted, where the teaching process is resumed and many inmates end up giving up because they feel discouraged. Finally, it is understood that there is a process of resocialization through the studies, but more investment is needed to ensure that inmates return to society and do not commit crimes, reducing the high rate of recidivism and improving the work of the military police.

Keywords: Education. Teacher. Resocialization. Penitentiary system. Military police.

¹ Aluno do curso de Pós – graduação em policias e segurança pública da Polícia Militar do Estado de Goiás, ny_elson@hotmail.com; Catalão – Goiás, Maio de 2018

² Professor orientador do curso de Pós – graduação em policias e segurança pública da Polícia Militar do Estado de Goiás viniciusroldao@yahoo.com.br; Catalão – Goiás, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa terá como foco principal discutir sobre a importância da educação no Sistema Penitenciário, como ela surgiu e o papel do professor enquanto mediador do conhecimento.

O Sistema penitenciário surgiu como uma forma de punição para aqueles que cometiam crimes, porém, com o passar do tempo foi possível observar que a reincidência em crimes, muitas vezes mais graves, aumentavam cada dia mais. Foi preciso repensar em maneiras de puni-los e fazer com que não voltassem a delinquir. Com o passar do tempo, houve a busca por novos métodos, onde surgiu a ideia de inserir a educação no Sistema Penitenciário, com o objetivo de ressocializar aqueles que se encontravam nas prisões.

Ao acessar as penitenciárias, é possível observar a qualidade do espaço educacional e como as políticas públicas voltadas ao ensino são inseridas. Não se pode esquecer que a maioria dos alunos ali matriculados foram excluídos do processo educacional de alguma maneira. Porém, tal escola se localiza na prisão, o que causa um impacto muito forte, pois a educação transforma vidas e isso deve ser destacado.

A educação no Sistema Penitenciário se apresenta como uma ponte com o mundo externo. Tem como objetivo fazer com que o preso repense em suas atitudes e saia dali com a esperança de construir uma vida melhor. A pena restritiva de liberdade tem que causar no sujeito condenado o sentimento de arrependimento pelo crime cometido, bem como causar na população em geral o sentimento de que o crime não compensa.

Dessa forma, os efeitos causados pelo encarceramento não devem se restringir apenas ao condenado, mas também aqueles que pensam em cometer delitos. Portanto, a prisão enquanto instituição executora de pena restritiva de liberdade, tem como missão cuidar para que os condenados não voltem a cometer crimes.

Diante do exposto, retoma-se as primeiras experiências: a entrada no presídio, o fechar dos portões, o primeiro contato e a imagem construída desses sujeitos que ali se encontram inseridos. Essa construção nos leva a elaborar algumas considerações quanto ao papel do professor, que muitas vezes são considerados como “loucos” por assumirem tamanho desafio.

Portanto, com toda essa dedicação dos professores aos educandos, surgem as consequências que por sinal são benéficas aos aprisionados, pois além de estarem buscando uma vida de conhecimento, estarão também podendo remir sua pena automaticamente por meio

dos estudos. O detento do regime fechado ou semiaberto pode optar por 12 horas de frequência escolar ou três dias de trabalho no lugar de um dia de pena para sua remissão.

Atualmente, falar em políticas públicas dentro do Sistema Penitenciário é afirmar que a situação é de extrema calamidade, superlotação de celas, condições degradantes, e isso afeta toda a sociedade ao receberem esses indivíduos, que saem da mesma forma ou piores, pois é direito de todo cidadão ser tratado com dignidade e respeito. Tanto quanto possível, cabe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social, os valores humanos devem ser respeitados.

Cada professor possui uma responsabilidade onde trabalho, raciocínio e criatividade são recompensados a todo o momento. Outra grande importância que não se pode deixar de citar é a aprendizagem, pois no processo de ensino, conceitos, ideias e métodos devem ser abordados mediante a exploração de problemas, desenvolvendo competências para a interpretação e resolução dos mesmos.

Esse tipo de prisão sem condições de ressocialização para o detento podem trazer más consequências para esses indivíduos e para a sociedade no que diz respeito à reincidência, à dificuldade de inserção social e profissional do egresso, fatores que são graves tanto para as pessoas submetidas à prisão como para a sociedade. Diante do exposto, questiona-se: o processo de ressocialização por meio dos estudos de fato acontece?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Como a Educação Foi Inserida no Sistema Penitenciário

De acordo com relatos, o Sistema Penitenciário surgiu em meados do século XVIII, com o objetivo de servir como uma espécie de punição para aqueles que descumpriam a lei. Por meio desse objetivo, pensava-se que a privativa de liberdade seria suficiente para que o cidadão não voltasse a cometer crimes. Porém, com o passar do tempo percebeu-se o fracasso no processo de punição, pois os índices de reincidência aumentaram cada vez mais.

A educação no Sistema Penitenciário foi iniciada em torno de 1950. A prisão era considerada apenas como um local para punição de pessoas, não havia propostas para a ressocialização. Esta proposta surgiu após os programas de tratamento para os internos. Antes, não havia qualquer forma de trabalho ou ensino. Conforme Foucault: “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar.” (FOUCAULT, 1987, p.143) Para o autor, esse processo de disciplina vai além da detenção

como forma de punição, mas sim um aproveitamento, uma maneira de ensinar esse indivíduo a se comportar em sociedade. O Código Penal de 1890 possibilitou o estabelecimento de novas modalidades de prisão, considerando que não haveria mais penas perpétuas e coletivas, limitando-se as penas restritivas de liberdade individual, uma penalidade de no máximo trinta anos de reclusão.

Pensava-se ainda que a detenção transformasse os indivíduos encarcerados. Objetivava-se que os detentos repensassem suas atitudes antes de voltarem à sociedade. Porém, isso não aconteceu. Percebeu-se que havia um fracasso na justiça penal, os índices de criminalidade e reincidência não diminuían, e os presos em sua maioria não se transformavam em cidadãos de bem. Assim, somente na década de 1950, após constatarem o fracasso no sistema prisional, é que houve a busca por novos métodos, buscando inserir a educação escolar nas prisões. Foucault ainda afirma que: “Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou mais, além da vítima, a sociedade inteira” (FOUCAULT, 1987, p.196), fazendo assim com que haja o arrependimento pelo crime cometido.

Na opinião de Foucault: “A educação do detento é por parte do poder público, ao mesmo tempo uma prevenção indispensável para o interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento.” (FOUCAULT, 1987, p.224). Os órgãos responsáveis pelo sistema penitenciário passaram a acreditar que por meio da educação poderia haver uma mudança de comportamento e conscientização dos presos, para que assim pudessem voltar ao convívio em sociedade.

Ao condenar um indivíduo que cometeu algum crime contra a sociedade aplicando a privação de liberdade, o Estado acreditava que após o fim do cumprimento de sua sentença o indivíduo estaria apto a voltar ao convívio social. No entanto, não é bem assim que funciona, sabe-se que o objetivo é privar a liberdade como forma de punição, esquecendo que ao cumprir a sua sentença o preso voltará a sociedade, e que o despreparo dos profissionais e as maneiras de tratamento influenciam muito no que será do preso dali em diante. Assim, a reincidência criminal aumenta a cada dia que passa, e em muitos casos o indivíduo comete crimes piores do que os anteriores, pois não houve motivos suficientes que os fizessem repensar seu comportamento.

A partir dessas considerações, é possível demonstrar que apenas a privação da liberdade não contribui com a ressocialização. Foram necessárias ações com o objetivo de diminuir ao máximo esses altos índices, desenvolvendo programas educacionais dentro do Sistema Penitenciário voltados à Educação básica de presos adultos, alfabetizando e trabalhando para a reconstrução da cidadania do interno.

Fernando Salla conceitua que: “[...] por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o Sistema Penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar.” (SALLA, 1999, p.67). O estudo ainda é o maior aliado daqueles que querem mudança de vida, por meio dele é que o ex-detento enxerga uma nova visão de mundo.

A educação dentro do Sistema Penitenciário deve trabalhar com conceitos fundamentados na dignidade, religião, amor, família, liberdade, vida, cidadania, comunidade, cultura, lazer, dentre outros. O Sistema Penitenciário necessita de uma educação que se preocupe com o desenvolvimento da capacidade crítica e criadora do educando, despertando possibilidades de escolhas e a importância de suas escolhas para sua vida social.

Pensando nisso, foi criada a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta da educação para jovens e adultos que se encontram em privativa de liberdade nos estabelecimentos penais. Essa resolução foi uma grande evolução para a ressocialização dos detentos. Hoje o Sistema Penitenciário conta o apoio do Estado e autoridades competentes, garantindo, fortalecendo e qualificando a oferta de educação nos espaços de privação de liberdade.

2.2 O Professor como Mediador do Conhecimento

A relação entre professor e aluno é de extrema importância para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Alfabetizar um adulto não é apenas ensinar a ler e escrever, mas conscientizá-lo de que tudo pode ser mudado e que ele ainda pode voltar ao convívio em sociedade. O professor pode contribuir muito na formação do cidadão, principalmente quando se trata do aluno que se encontra no ambiente prisional. Porém, ainda é preciso muito para que haja uma valorização do profissional da educação, viver apenas de teoria não é o suficiente para mudar a realidade de quem se encontra preso. Nóvoa exemplifica:

Os professores não são anjos e nem demônios. São apenas pessoas e já não é pouco. Mas pessoas que trabalham para o crescimento e a formação de outras pessoas. O que é muito. São profissionais que não devem renunciar à palavra, porque só ela pode libertá-los de cumplicidades e aprisionamentos, é duro e difícil, mas só assim cada um pode reconciliar-se com sua profissão e dormir em paz consigo mesmo. (NÓVOA, 2003).

Os professores devem ter sua profissão valorizada tanto quanto qualquer outra, para que se consiga alcançar um nível mais elevado de conhecimento e formação, é preciso que haja uma reflexão sobre a profissão docente, pois esse profissional é base para a vida, sem educação não há cidadão crítico e atuante na sociedade.

Com o surgimento da educação no sistema penitenciário, houveram grandes desafios, pois ensinar conteúdos não era o suficiente, era preciso mais. Para que a ressocialização obtivesse sucesso, os órgãos responsáveis repensaram em uma maneira em que se tornasse eficaz o método de ensino e o convívio em sociedade após o cumprimento da pena. Assim, vieram as políticas públicas voltadas ao ensino nas prisões e as metodologias de ensino foram se aperfeiçoando com o passar dos anos. “Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal”. (RESOLUÇÃO nº 2, de 19 de maio de 2010, artigo 11.).

Hoje ainda há um grande desafio para os professores, pois é preciso que haja uma formação contínua, treinamentos, ferramentas e meios para que eles consigam alcançar um de seus maiores desafios, a ressocialização, o retorno ao convívio em sociedade, o desejo de melhorar de vida, a busca pelo conhecimento após o cumprimento da pena.

O professor que trabalha no sistema penitenciário deve ser criativo, dinâmico, ético e inovador, mostrar autoconhecimento, buscar novos rumos, ser assíduo e comprometido com as propostas pedagógicas. É importante que o professor analise, reconsidere e reflita constantemente na busca de novas abordagens, valorizando sempre os saberes dos alunos presos, visando sempre uma educação de qualidade e a melhoria para o processo de ressocialização. O papel do professor passa a ter muito mais importância, torna-se referência para a reconstrução da identidade do preso. Conforme caracteriza o autor:

Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas históricas que deem origem a possibilidades de mudanças. Penso que seja nosso papel desenvolver métodos de trabalho que permitam aos oprimidos (as), pouco a pouco, revelarem sua própria realidade. (FREIRE, 2001, p.35).

Para Freire (2001, p. 35) o professor tem papel mediador. Por meio do estudo, contribui-se muito para o processo de reinserção social, o preso pode se reencontrar, e recomeçar a sua história, com novas oportunidades de convívio em sociedade, trabalho, e uma vida digna.

No mundo de hoje, ser professor é fácil. Difícil mesmo é ser mediador, transformar sonhos em realidade, dar ferramentas para que o educando consiga descobrir novas oportunidades e possibilidades. Quando se fala em professor no sistema penitenciário, tudo se torna ainda mais difícil, pois os desafios são muitos, o professor deve ter consciência do seu potencial como profissional dessa área, demonstrar aos seus alunos que a escola no sistema penitenciário vai além da alfabetização, conclusão do ensino fundamental ou médio e remissão de pena, uma educação que o faça refletir, trabalhando sempre a conscientização, o papel do cidadão, cultura, religião, política, lazer, formação profissional.

Segundo a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, artigo 11, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nas prisões: “Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal”. Isso nos mostra a evolução com o passar dos anos, antes sequer havia ensino nas prisões. Hoje, por meio de trabalho, estudo e cursos técnicos os apenados estão tendo a oportunidade de transformarem suas vidas após o cumprimento de sua condenação. Porém, sabe-se que ainda há um grande número de ex-detentos que voltam a cometer crimes, espera-se que o processo de ensino e ressocialização sejam aprimorados cada vez mais, transformando-os em cidadãos de bem.

3 METODOLOGIA

O estudo que produziu o caso ao qual se refere teve objetivo inicialmente descritivo, para permitir ao pesquisador estudar, analisar e registrar sobre a realidade do problema. Em estudos descritivos, o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maiores conhecimentos. A metodologia é o estudo dos métodos, é uma explicação detalhada sobre toda a ação desenvolvida no método, visa promover questionamentos sobre os aspectos da capacidade de conhecimento. No presente trabalho foram utilizados três tipos de pesquisas, bibliográfica, de campo e qualitativa.

A pesquisa bibliográfica busca exemplificar e contribuir e é uma etapa fundamental, dando embasamento em todo o trabalho. Foram utilizadas bibliografias referentes à: Educação nas Prisões, Políticas Públicas voltadas ao Ensino nas Penitenciárias e Metodologias de Ensino. Como autores principais, abordou-se Freire – que teve forte influência na Educação do Sistema

Penitenciário, Foucault, Nóvoa e Salla para falar das prisões. Utilizou-se ainda, a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação – CNE, de 19 de maio de 2010.

A pesquisa de campo, faz-se necessário a utilização deste meio de pesquisa para observar a realidade da educação no Sistema Penitenciário. A mesma foi realizada no Centro de Detenção Provisória, situado no Complexo Penitenciário da Papuda, na Região Administrativa de São Sebastião-DF. Sendo realizada uma entrevista com oito professores atuantes na oferta de educação dentro das penitenciárias, é importante frisar que os mesmos trabalham por meio de rodízios para que atuem nos outros blocos de detenção.

A pesquisa qualitativa é um tipo de estudo que identifica e analisa dados de um determinado problema específico. Seu objetivo é a interpretação e dar significado aos fenômenos sem que seja preciso empregar métodos e técnicas estatísticas para dar base ao procedimento de análise dos problemas.

Sendo assim, ambas as definições citadas foram utilizadas, visto que esta é a metodologia mais adequada para o presente trabalho, tendo como objetivo observar a atual situação da ressocialização por meio dos estudos e como esse processo de ressocialização pode influenciar no trabalho da Polícia Militar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos autores citados no referencial teórico e na metodologia, expõe-se neste tópico uma análise do instrumento de pesquisa, o qual foi aplicado com o intuito de identificar e expor fatos relevantes ao tema proposto.

O objetivo de se aplicar o presente questionário é identificar se há ressocialização por meio dos estudos nas prisões. A análise e o resultado dos questionários (Instrumento de pesquisa) serão expostos em tabelas para melhor compreensão.

Para a presente pesquisa foram entrevistados 8 professores que lecionam no sistema penitenciário, sendo que trabalham por meio de rodízios, atuando ainda nos outros blocos de detenção.

A tabela de nº 1: De acordo com a vivência do (a) senhor (a) na área de educação no sistema penitenciário, a educação/escolarização pode contribuir para a ressocialização do preso?

Tabela 1: A educação/escolarização contribui no processo de ressocialização?

P1	“Sim. Se ressocializar é uma tarefa árdua, mas com a ajuda dessa ferramenta poderosa que é a educação, tudo é possível”.
P2	“Sim. Só a educação pode mudar esse quadro”.
P3	“Sim. É mais uma das oportunidades de se profissionalizar”.
P4	“Claro que sim, também o trabalho interno, a religião, os cursos técnicos e as normas, o que eles são obrigados a respeitar, tudo auxilia na ressocialização”.
P5	“Sim. Juntamente com o trabalho e a religião”.
P6	“Sim”.
P7	“Sim. Desde que haja ferramentas para esse processo”.
P8	“Sim, aqui no Cdp é iniciado o processo de ressocialização por meio do estudos, mas quando condenados e transferidos as coisas mudam para os educandos”.

Fonte: (Pesquisa de Campo, 2018)

Com base na tabela de nº 1, observa-se que os 8 professores entrevistados, acreditam que a educação/escolarização contribui no processo de ressocialização.

Conforme os entrevistados, a educação pode sim mudar a história do detento se acaso o mesmo aceitar a proposta de ressocialização e valorizar a educação como forma de mudança de vida.

A tabela de nº 2: Pessoas em situação de cárcere perdem apenas o direito à liberdade, mas continuam a ter todos os outros garantidos. Nesse sentido, como garantir o direito à educação para essa população?

Tabela 2: Como garantir o direito à educação para pessoas que se encontram em situação de cárcere?

P1	“É lei, já devidamente garantida”.
P2	“A educação funciona em todos os presídios, quem garante é o diretor de cada instituição. Os professores ensinam e avaliam, e as escolas vizinhas certificam”.
P3	“Mais oferta de ensino e material humano para aumentar essa oferta”.
P4	“Fazendo com que a lei seja cumprida”.
P5	“Se a lei fizer a parte dela, com certeza terão uma educação de qualidade”.
P6	“Tratar os educandos com respeito e naturalidade são fundamentais para que a aula seja motivadora”.
P7	“Dando ferramentas para que haja educação de qualidade”.
P8	“Aplicando recursos financeiros na construção de salas de aula adequadas e materiais didáticos”.

Fonte: (Pesquisa de Campo, 2018)

Sobre a tabela de nº 2, onde foi abordado sobre a garantia do direito à educação para quem se encontra em cárcere, as respostas dos entrevistados foram bastante diversificadas. Muitos acreditam que é lei e deve ser cumprida, outros acreditam em ferramentas para melhoria da educação e recursos financeiros.

Homens brancos, negros ou amarelos possuem os mesmos direitos, com valores semelhantes, portanto é essencial compreender que a dignidade humana não poder possuir uma dimensão quantitativa ou qualitativa, ou seja, um detento não pode gozar de mais ou menos dignidade.

A tabela de nº 3: Sabe-se que por meio dos estudos é garantida a remissão de pena para aprisionados. De acordo com suas experiências diárias, no sistema penitenciário, os educandos

estão realmente interessados no aprendizado, ou apenas na remissão da pena? Justifique sua resposta.

Tabela 3: De acordo com suas experiências diárias no sistema penitenciário, os educandos estão realmente interessados no aprendizado ou apenas na remissão de pena?

P1	“Ambas”.
P2	“Uma porcentagem maior está interessada na remissão da pena. Mas também existe os que dão valor no aprendizado e uns poucos acreditam na faculdade”.
P3	“A grande maioria apenas na remissão”.
P4	“Em ambos os casos”.
P5	“Alguns sim, outros não se importam com o aprendizado só querem cumprir com o horário para remir a pena”.
P6	“Muitos apenas na remissão, mas há também os que se interessam de fato por mudança de vida”.
P7	“A maior parte na remissão, mas alguns acreditam que a educação pode mudar a vida”.
P8	“Mais ou menos. Do mesmo modo que alguns realmente se interessam, outros apenas estão interessados na remissão”.

Fonte: (Pesquisa de Campo, 2018)

A tabela de nº 3, dispõe sobre a remissão da pena e aprendizado do educando. A maior parte dos professores acreditam que os educandos estão mais interessados na remissão da pena, mas para alguns há os que acreditam na mudança de vida por meio do estudo. “1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias” (Lei Federal, 12.433, de 29 de junho de 2011). Independente do

apenado estar interessado na remissão ou no aprendizado a lei precisa ser cumprida e como consequência o apenado recebe a redução de pena.

A tabela de nº 4: Sabe-se que as diretrizes nacionais voltadas para a oferta de educação no sistema penitenciário visam não somente a educação, mas também a ressocialização do preso. Como o (a) senhor (a) aborda os temas que tratam sobre o retorno ao convívio em sociedade?

Tabela 4: Como são abordados os temas que tratam sobre o retorno ao convívio em sociedade?

P1	“Diariamente”.
P2	“O retorno a sociedade é uma questão de tempo e independe de nós, o que recebe importância é o que o presidiário vai fazer para se manter fora da cadeia. Se as diretrizes nacionais puder ajudar, elas serão lidas”.
P3	“É uma proposta boa”.
P4	“De forma natural com conversa informal”.
P5	“A ressocialização é primordial na vida desses educandos. Pois aqui é o momento de repensar no que fizeram fora dos muros. E a educação auxilia nesse processo”.
P6	“Trabalhamos sempre com religião, família e sociedade”.
P7	“Respeitando sempre a realidade de cada um”.
P8	“Naturalmente, com respeito a realidade deles e dando exemplos de vida e trabalho”.

Fonte: (Pesquisa de Campo, 2018)

Na tabela de nº 4, os professores, ao abordarem temas que tratam do retorno ao convívio em sociedade, há os que acreditam que família e religião são o foco principal, outros por meio

de conversa informal, respeitando a realidade de cada um e fazendo com que repensem em suas atitudes. As experiências diárias vividas pelos detentos traz uma visão de mundo diferente da realidade vivenciada fora das paredes carcerárias.

A tabela de nº 5: Educadores gestores e técnicos por lei devem ter acesso a programas de formação iniciada e continuada. Na prática, essa formação realmente acontece no sistema penitenciário? Justifique sua resposta.

Tabela 5: Na prática, essa formação realmente acontece no sistema penitenciário?

P1	“Sim, cursos de capacitação”.
P2	“Em 2011 teve um grupo da SEE que se interessou em nosso trabalho com o objetivo de fiscalizar, depois receberam uma verba para nos auxiliar e fizeram um curso na EAPE de 200 horas, os professores da EAPE aprenderam bastante”.
P3	“Sim. Temos essa oferta constante, no entanto não na medida necessária para todos os envolvidos no processo”.
P4	“Sim, acontecem de acordo com a necessidade do grupo”.
P5	“Sim. É uma formação lenta e contínua que é trabalhada de acordo com a necessidade de cada educando”.
P6	“Sim, o Estado está sempre nos ofertando cursos voltados a área”.
P7	“Sim, cursos de capacitação para que tenhamos um melhor aprendizado”.
P8	“Sim. Atualmente fizemos curso ministrado pela UNB”.

Fonte: (Pesquisa de Campo, 2018)

Segundo os professores existem cursos para formação continuada, mas para alguns não na medida necessária.

A tabela de nº 6: O processo de ressocialização é árduo e contínuo. O senhor (a) acredita que esse processo poderá influenciar no trabalho da Polícia Militar?

Tabela 6: Como são utilizadas essas ferramentas para que as aulas se tornem motivadoras?

P1	“Acredito que sim, uma vez que o educando sendo ressocializado não voltará a cometer crimes”.
P2	“Com o processo de ressocialização poderá ser diminuída a reincidência em crimes”.
P3	“Depois de ressocializado o educando volta a ser um cidadão de bem, ajudando a diminuir o alto índice de criminalidade, o que ajudará no trabalho dos policiais”.
P4	“Diminuindo os crimes, automaticamente melhora o trabalho dos policiais, trazendo benefícios a sociedade”.
P5	“Sim, com a diminuição dos crimes”.
P6	“Sim, pois a polícia militar fará um trabalho melhor na prevenção dos crimes”.
P7	“Sim, o educando pensará duas vezes antes de cometer crimes”.
P8	“Sim, porque a PM ficará mais próxima da comunidade”.

Fonte: (Pesquisa de Campo, 2018)

Os professores acreditam que o processo de ressocialização dos educandos possa ajudar no trabalho da Polícia Militar, pois se os mesmos forem ressocializados, o alto índice de crimes poderá ser diminuído.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral demonstrar a grandeza da colaboração e a importância da educação para os apenados, enfatizando o papel do professor neste processo e como poderá influenciar no trabalho da Polícia Militar. O ensino em presídios nasceu da necessidade de, por meio da educação, tentar-se diminuir o índice de criminalidade do país, onde os professores lecionam com a intenção de promover uma reflexão de que o crime não compensa e que por meio dos estudos essa realidade ainda pode ser mudada, incluindo também a cada detento o interesse de reduzir sua pena.

O objetivo principal é a ressocialização. É a preparação do preso para sua reinserção social, como contribuição à sociedade, mediante seu trabalho ou profissão e mudança de comportamento perante a mesma. Assim, a redução de pena por meio do estudo faz-se necessária, pois a maioria esmagadora da população carcerária é composta de analfabetos. A educação objetiva influenciar a aprendizagem do apenado ou reeducando, transformando a personalidade dos indivíduos para o seu retorno a sociedade.

Enfim, por meio da pesquisa de campo foi possível chegar ao ponto de vista de que a diminuição da pena por meio do estudo é um instrumento útil e legítimo para preparar o indivíduo que retornará ao convívio social. Diante do exposto, entende-se que o trabalho e o estudo são meios eficazes no tratamento dos presos e harmonizam-se com o objetivo de proporcionar-lhes condições para a reintegração à sociedade. É possível observar que a educação é uma das principais formas de combate à violência e a criminalidade e que a realização de um trabalho voltado para a instrução dos condenados é pertinente para o processo de ressocialização dos mesmos e para a diminuição do alto índice de crimes, fazendo assim com que a Polícia Militar possa fazer um melhor trabalho junto a sociedade, com o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Artigo 126. Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm#art126>. Acesso em: 01/05/2018.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02/04/2018.

BRASIL. Resolução n. 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

D'ELLIA, Fábio Suardi; ENGBRUCH, Werner; SANTIS, Moraes de.

A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. *Revista Liberdades*, n.11, p. 5-22, dez/2012. FOUCAULT, Michael. **VIGIAR E PUNIR.** Nascimento da prisão. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 1897

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira.** 1. Ed. Brasil: Cortez, 2001.

LEI DE EXECUCÕES PENAS. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210compilado.htm. Acesso em: 23/03/2018

NOVOA, Antônio. **Conferência realizada em 2003 no Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=141&doc=1752> Acesso em: 02/02/2018

ONOFRE, Elenice M. C. **Educação escolar na prisão.** Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo – 1822- 1940.** 1ª edição. São Paulo. Anablume. 1999.

SANTOS, Sintia Meneses. **Ressocialização através da educação.** Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2231/ressocializacao-atraves-da-educacao>>.

Acesso em: 27/01/ 2018.

SILVA, Elisa Levien da. **A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana,** abr./2013. Disponível em: < 52

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 16/02/2018.